

**3º SIMULADO**

# INSS

PREVIDÊNCIA SOCIAL



**Estratégia**  
Concursos

# Simulado Especial

## 3º Simulado INSS

Nome: \_\_\_\_\_

### INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do INSS;
- 2 – A prova contém **100 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CESPE/CEBRASPE, com assertivas para serem valoradas como “certo” ou “errado”.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

**PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-INSS-13-09-20>**

01 – C E	25 – C E	49 – C E	73 – C E	97 – C E
02 – C E	26 – C E	50 – C E	74 – C E	98 – C E
03 – C E	27 – C E	51 – C E	75 – C E	99 – C E
04 – C E	28 – C E	52 – C E	76 – C E	100 – C E
05 – C E	29 – C E	53 – C E	77 – C E	
06 – C E	30 – C E	54 – C E	78 – C E	
07 – C E	31 – C E	55 – C E	79 – C E	
08 – C E	32 – C E	56 – C E	80 – C E	
09 – C E	33 – C E	57 – C E	81 – C E	
10 – C E	34 – C E	58 – C E	82 – C E	
11 – C E	35 – C E	59 – C E	83 – C E	
12 – C E	36 – C E	60 – C E	84 – C E	
13 – C E	37 – C E	61 – C E	85 – C E	
14 – C E	38 – C E	62 – C E	86 – C E	
15 – C E	39 – C E	63 – C E	87 – C E	
16 – C E	40 – C E	64 – C E	88 – C E	
17 – C E	41 – C E	65 – C E	89 – C E	
18 – C E	42 – C E	66 – C E	90 – C E	
19 – C E	43 – C E	67 – C E	91 – C E	
20 – C E	44 – C E	68 – C E	92 – C E	
21 – C E	45 – C E	69 – C E	93 – C E	
22 – C E	46 – C E	70 – C E	94 – C E	
23 – C E	47 – C E	71 – C E	95 – C E	
24 – C E	48 – C E	72 – C E	96 – C E	

**PORTUGUÊS**

Janaina Arruda

**TEXTO I**

As chamadas políticas de ação afirmativa são muito recentes na história da ideologia antirracismo. Nos países onde já foram implantadas (Estados Unidos da América, Inglaterra, Canadá, Índia, Alemanha, Austrália, Nova Zelândia e Malásia, entre outros), elas visam oferecer aos grupos discriminados e excluídos um tratamento diferenciado para compensar as desvantagens decorrentes da sua situação de vítimas do racismo e de outras formas de discriminação; daí as terminologias *equal opportunity policies*, ação afirmativa, ação positiva, discriminação positiva ou políticas compensatórias.

Nos Estados Unidos da América, onde são aplicadas desde a década de sessenta do século XX, as políticas de ação afirmativa pretendem oferecer aos afro-americanos as chances de participar da dinâmica da mobilidade social crescente. Os empregadores estadunidenses foram obrigados a mudar suas práticas, planejando medidas de contratação, formação e promoção nas empresas, com vistas à inclusão dos afroamericanos; as universidades foram obrigadas a implantar políticas de cotas e outras medidas favoráveis à população negra; as mídias e os órgãos publicitários foram obrigados a reservar espaços em seus programas para a participação dos negros. Ao mesmo tempo, programas de aprendizado de tomada de consciência racial foram desenvolvidos com a finalidade de levar os americanos brancos à reflexão quanto ao combate ao racismo.

Kabengele Munanga. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil – Um ponto de vista em defesa de cotas. In: Revista Espaço Acadêmico, 2003. Internet: (com adaptações).

- 01.** De acordo com o texto, os Estados Unidos da América foram os primeiros a adotar políticas de ação afirmativa, as quais eram aplicadas desde a década de sessenta do século XX.
- 02.** Subentende-se das ideias do texto que a existência do racismo e de outros comportamentos discriminatórios está relacionada à adoção de políticas de ação afirmativa.

**03.** Os termos “a implantar políticas de cotas” e “outras medidas favoráveis à população negra”, no segundo período do segundo parágrafo, complementam o sentido de “foram obrigadas” presente no mesmo trecho.

**04.** No último período do texto, a substituição do trecho “os americanos brancos à reflexão” por *aos americanos brancos a reflexão* manteria a coerência e correção gramatical do texto.

**05.** No primeiro parágrafo do texto, o trecho “para compensar as desvantagens decorrentes da sua situação de vítimas do racismo e de outras formas de discriminação” expressa a finalidade da adoção das políticas de ação afirmativa.

**06.** O elemento “daí”, no final do primeiro parágrafo, estabelece uma relação temporal entre a oração em que ocorre e a oração anterior.

**07.** A locução verbal “pretendem oferecer”, no primeiro período do segundo parágrafo, poderia, sem prejuízo para a correção gramatical do texto, ser substituída por *pode oferecer*, uma vez que concordaria com o núcleo *ação afirmativa*.

**08.** No primeiro parágrafo do texto, sem prejuízo para o sentido e a correção gramatical do texto, o trecho “aos grupos discriminados e excluídos” poderia ser isolado por vírgulas.

**TEXTO II**

Como se sabe, nossas tradições liberais de justiça penal assentam-se no princípio do livre-arbítrio, **de acordo com o qual** os indivíduos são considerados entidades morais capazes de discernir racionalmente entre o bem e o mal, entre o justo e o injusto, entre o certo e o errado, entre o legal e o ilegal. Sob essa perspectiva, os indivíduos possuem responsabilidade moral; neles repousam o desejo e(ou) a vontade de permanecer obedientes à ordem social (isto é, obedientes **às regras morais** e legais dominantes), ou, contrariamente, ofendê-la mediante comportamentos **que ameacem a integridade (física, psicológica ou moral) de quem quer que seja**, e(ou) ainda ameacem o patrimônio público ou privado, a saúde pública, valores preservados como símbolos de uma identidade grupal ou nacional. Essa representação do homem como sujeito portador de razão e responsabilidade, capaz tanto de obedecer como de agredir, constituiu o solo no qual modernamente se erigiu, em diferentes sociedades do mundo ocidental, uma **sorte** de justiça penal sustentada no tripé materialidade do delito, autoria e nexa entre materialidade e autoria. Todo seu modelo normativo e a cultura judicial que o **pôs** em funcionamento **convergem**, portanto, para a individualização da responsabilidade penal sob o argumento de que as motivações são necessariamente restritas à órbita do indivíduo em seu mundo privado.

*Sérgio Adorno e Wânia Pasinato. A justiça no tempo, o tempo da justiça. In: Internet (com adaptações).*

09. No terceiro período do texto, a palavra “sorte” está empregada como antônimo de azar.
10. O verbo “pôs”, em destaque no último período do texto, concorda com o nome “cultura” e o verbo “convergem”, com os nomes “modelo” e “cultura”, os quais funcionam como sujeito das formas verbais mencionadas.
11. No primeiro período do texto, a correção gramatical e o sentido do texto seriam prejudicados ao se substituir a expressão “de acordo com o qual” por onde.
12. Sendo o emprego do plural em “regras” suficiente para garantir a interpretação genérica desse nome, a supressão do sinal indicativo de crase em “às regras morais”, presente no segundo período do texto, causaria prejuízo à correção gramatical do texto.

13. A oração “que ameacem a integridade (física, psicológica ou moral) de quem quer que seja”, em destaque no texto, introduz uma explicação a respeito de “comportamentos”.
14. Por descrever as características do sistema de justiça penal e, ao mesmo tempo, apresentar um histórico de seu *desenvolvimento*, é correto afirmar que o texto apresentado pode ser classificado tanto como descritivo quanto como narrativo.
15. No segundo período do texto, no trecho **Sob essa perspectiva, os indivíduos possuem responsabilidade moral**, caso se substituísse o ponto e vírgula, inserido após o termo **moral**, por ponto final, com a devida alteração de minúscula para maiúscula, a correção gramatical do período seria prejudicada.

**TEXTO II**

A Constituição Federal de 1988 (CF) buscou resgatar a igualdade, cânone da democracia **desde a Revolução Francesa** e linha mestra da Declaração dos Direitos Humanos. O igualitarismo formal vem **decantado** enfaticamente na Carta Política em dois trechos (art. 5.º, inc. I, e art. 226, § 5.º), o que não basta, por si só, para se alcançar a absoluta equivalência social e jurídica de homens e mulheres. O legislador foi até repetitivo ao consagrar a plena isonomia de direitos e obrigações entre o homem e a mulher, varrendo do sistema jurídico todo e qualquer dispositivo legal que, com aparente feição protecionista, acabava por colocar a mulher em um plano de subordinação e inferioridade. Agora, não mais é o marido o “cabeça” do casal, o representante legal da família, nem o único responsável por prover o seu sustento. Mesmo que não mais se justifique a permanência desses dispositivos nos textos legislativos, ainda não houve a devida atualização do Código Civil.

O **simples estabelecimento** do princípio da igualdade, no entanto, não logrou eliminar as diferenciações existentes. A necessidade de obediência ao preceito constitucional não pode

ver como infringência ao princípio isonômico a adoção de posturas que gerem normas jurídicas e decisões judiciais protetoras, que, atentando na realidade, visam propiciar o equilíbrio para **assegurar** o direito à igualdade.

A igualdade formal — igualdade de todos perante a lei — não conflita com o princípio da igualdade material, que é o direito à equiparação por meio da redução das diferenças sociais. Resta nítida a intenção do novo sistema jurídico de consagrar a máxima aristotélica de que o princípio da igualdade consiste em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida em que se desiguam.

*Maria Berenice Dias. A mulher e o Poder Judiciário. Internet: <www.maismulheresnopoderbrasil.com.br> (com adaptações)*

16. A alteração de “simples estabelecimento” para **estabelecimento simples**, no primeiro período do segundo parágrafo, acarretaria prejuízo semântico para o texto.

17. No último período do segundo parágrafo, o sentido do verbo “assegurar” é **dar segurança a**.

18. No último parágrafo do texto, caso se retirasse a vírgula que aparece imediatamente após “material”, no trecho **não conflita com o princípio da igualdade material**, a correção gramatical do texto seria mantida, mas seu sentido original, não.

19. Na expressão “desde a Revolução Francesa”, no primeiro período do texto, o emprego de acento indicativo de crase é obrigatório.

20. O emprego do masculino singular em “decantado”, no segundo período do primeiro parágrafo, justifica-se pela concordância com o sujeito da oração: “O igualitarismo formal” presente nesse mesmo trecho.

## RACIOCÍNIO LÓGICO

Guilherme Neves

21. A negação da proposição “A prática de exercícios te transforma e o futebol te dá alegria” está assim corretamente enunciada: “A ginástica não te transforma nem o futebol te dá alegria”.

22. A proposição “A Constituição brasileira é moderna ou precisa ser refeita” será V quando a proposição “A Constituição brasileira não é moderna nem precisa ser refeita” for F, e vice-versa.

23. A negação da proposição  $A \rightarrow (\neg B)$  possui os mesmos valores lógicos que a proposição  $A \wedge B$ .

24. A negação da proposição “Existe banco brasileiro que cobra taxa para realização de TED.” pode ser assim redigida: “Nenhum banco brasileiro cobra taxa para realização de TED.”

25. Se P representar a proposição “Todos os policiais são honestos”, então a proposição  $\neg P$  estará corretamente enunciada por “Nenhum policial é honesto”.

Uma bomba despeja água apenas em vazão constante. Quando a sua vazão é X, a bomba leva H horas para encher um tanque. A vazão da bomba será aumentada e passará a ser Y, de modo a encher o mesmo tanque em cinco oitavos de H horas. Com base nessas informações, julgue o item a seguir.

26. A vazão Y é igual à vazão X aumentada em 60%.

Sabe-se que um assinante do Estratégia pode sempre estar matriculado simultaneamente em até 3 pacotes de matérias na sua área do aluno. Entretanto, o processo para desmatricular e efetuar uma matrícula em um novo pacote é muito rápido e fácil. Assim, o aluno tem sempre fácil e ilimitado acesso a milhares de cursos, mas a sua área do aluno sempre fica organizada com no máximo 3 pacotes de matérias. Uma pesquisa com 1000 assinantes do Estratégia indicou que 700 estão matriculados no pacote do INSS, 450 no pacote para PRF e 500 no pacote da PF; 250 estão matriculados tanto no pacote INSS quanto no pacote PRF; 50 tanto no pacote PF quanto no pacote PRF; e 450 nos pacotes do INSS e PF. Com base nessas informações, julgue os itens a seguir.

27. Todos os alunos pesquisados estão matriculados em algum desses três pacotes (INSS, PF ou PRF).

**28.** A quantidade de alunos entrevistados que estão matriculados nos 3 pacotes (PF, PRF e INSS) simultaneamente ou que não estão matriculados em nenhum desses 3 pacotes é menor do que ou igual a 150.

**29.** É possível que 60 alunos estejam simultaneamente matriculados nos pacotes da PF, PRF e INSS.

Um lojista aplicou um aumento de 20% sobre o preço unitário de tabela de certo produto, obtendo o preço P. Em seguida, numa promoção, passou a vender esse mesmo produto com um desconto de 20% sobre P, válido somente para pagamento à vista e em dinheiro, sendo que, nessa condição, cada unidade do produto é vendida por R\$ 60,00. Com base nessas informações, julgue o item a seguir.

**30.** O preço unitário de tabela desse produto era superior a 65 reais.

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

Thállius Moraes

Levando em consideração as regras atinentes à organização da Administração Pública, aos agentes públicos e aos serviços públicos, julgue os próximos itens.

**31.** Na descentralização administrativa a distribuição das competências ocorre com a manutenção do vínculo de subordinação hierárquica.

**32.** Os temporários não são titulares de cargo ou emprego público, de modo que não são considerados servidores públicos.

**33.** A aquisição da personalidade jurídica dos entes de direito privado da Administração Indireta obrigatoriamente ocorre com o registro dos seus atos constitutivos na serventia registral pertinente, desde que exista lei autorizando a sua criação.

**34.** Quando a Administração Pública optar por prestar determinado serviço público de forma indireta, a delegação poderá ser efetuada por meio da permissão de serviços públicos, que poderá ser celebrada com pessoa jurídica ou consórcio de empresas.

Considerando as disposições doutrinárias e jurisprudenciais acerca dos poderes da administração pública e dos atos administrativos, julgue as próximas assertivas.

**35.** Com base no poder regulamentar, a administração pública poderá complementar a lei, instituindo direitos e obrigações.

**36.** Situação hipotética: Determinado servidor público foi nomeado para um cargo efetivo sem a necessária aprovação em concurso público, tendo praticado diversos atos administrativos. Assertiva: Embora essa nomeação possa ser revogada, consideram-se válidos os atos praticados em relação a terceiros de boa-fé.

**37.** A presunção de legitimidade e veracidade dos atos administrativos gera a inversão do ônus da prova, de modo que cabe ao destinatário do ato comprovar a sua ilegitimidade.

Considerando as disposições da Lei 8.666/93, que trata das licitações públicas, analise a próxima assertiva.

**38.** Situação hipotética: Determinado órgão federal publicou um edital de licitação, na modalidade concorrência, sob o critério do menor preço, e estabeleceu um prazo de quarenta dias para a apresentação das propostas. Assertiva: No caso narrado, o prazo narrado se mostra adequado.

Considerando as regras acerca do controle da administração pública e da responsabilização civil estatal, julgue os próximos itens.

**39.** O controle administrativo, em razão de incidir sobre os próprios atos administrativos, é exercido apenas no âmbito do Poder Executivo.

40. A mera ausência do serviço público, quando relacionada com o dano ocasionado a um particular, não é suficiente para caracterizar a responsabilização civil estatal em virtude de sua omissão.

Levando em consideração as disposições previstas na Lei 8.112/90, que trata do regime jurídico único dos servidores públicos civis federais, analise as próximas assertivas.

41. Situação Hipotética: José, servidor público civil federal, pretende o deslocamento no âmbito do quadro de sua carreira, com mudança de sede, para acompanhar sua esposa, servidora pública estadual, que foi deslocada de ofício, por interesse da administração pública. Assertiva: José poderá pedir remoção, pleito que independe do interesse da administração pública.

42. A responsabilidade regressiva do servidor em virtude de dano praticado contra terceiros é personalíssima, de modo que ela não se estende a seus herdeiros e sucessores.

43. A comissão do processo disciplinar será composta por três servidores estáveis, sendo que o presidente da comissão deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado.

Levando em consideração as disposições da Lei 9.784/99, que estabelece as regras acerca do processo administrativo em âmbito federal, analise o próximo item.

44. Os atos do processo administrativo são praticados mediante forma determinada, salvo quando a lei expressamente a dispensar.

A Lei 8.429/92 prevê os atos que são caracterizadas como improbidade administrativa. Considerando as suas disposições, julgue a próxima assertiva.

45. Quando o servidor responsável deixar de cumprir a exigência de requisitos de acessibilidade previstos na legislação, praticará ato de improbidade que

atenta contra os princípios da Administração Pública, sendo o dolo imprescindível para sua configuração.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

46. **Caso:** João é brasileiro naturalizado, tem 33 anos de idade, no pleno gozo dos direitos políticos, filiado a partido político, residente e domiciliado em João Pessoa, local em que vota, deseja disputar um mandato eletivo. **Assertiva:** João preenche, em tese, os requisitos para concorrer a Governador, mas não poderia se candidatar a Presidente da República.

47. Conforme disposto expressamente no texto da Constituição Federal, o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, é direito dos trabalhadores urbanos e rurais.

48. Limitabilidade é uma das características dos direitos e garantias fundamentais fundamentais.

49. A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, classificou os direitos e garantias fundamentais em três categorias, a saber: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos; Direitos Sociais e Direitos de Nacionalidade.

50. A primeira geração dos direitos fundamentais, século XVIII, foi pautada em teorias liberais que objetivavam a defesa das liberdades individuais. Direitos civis, individuais e políticos estão classificados nessa geração, composta por direitos negativos.

51. No mandado de segurança coletivo, para que uma associação atue em defesa de seus membros, deverá contar com autorização expressa dos associados.

52. Segurança, lazer, moradia e liberdade de reunião são direitos sociais elencados expressamente na Constituição Federal.

53. Os cargos de Presidente do Senado Federal e Ministro do Superior Tribunal de Justiça são privativos de brasileiros natos.
54. Conforme definição constitucional, a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho é facultativa.
55. A assembleia geral fixará a contribuição para custeio do sistema confederativo da representação sindical, que será descontada em folha de todos os trabalhadores, independentemente da condição de sindicalizado.
56. Qualquer brasileiro tem legitimidade para ingressar com ação popular em defesa do meio ambiente.
57. Não cabe *habeas corpus*, segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, para requerer o trancamento de processo que tramita no Senado Federal para apurar crime de responsabilidade (*impeachment*), mesmo que haja ofensa ao devido processo legal.
58. É vedada a criação de mais de uma associação, em qualquer grau, representativa de categoria profissional, econômica, ou de grupos sociais, na mesma base territorial, que será definida pelos associados interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.
59. *Habeas Corpus* é remédio constitucional isento de custas processuais, admite as formas escrita e a oral, dispensa a participação de advogado, pode ser impetrado por pessoas naturais e jurídicas e admite a modalidade preventiva.
60. O condenado por improbidade administrativa, no tempo definido por lei, não pode votar e nem ser eleito a nenhum tipo de mandato eletivo.

## DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Rubens Maurício

61. A partir da Lei nº 8.742/1993, intitulada Lei Orgânica da Assistência Social, novos modelos e concepções da assistência social passaram a vigorar no Brasil. Dentre as diretrizes desta lei, utilizadas como base para a organização da assistência social, podemos citar a primazia da responsabilidade da população na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.
62. A respeito do Benefício de Prestação Continuada – BPC, que tem natureza assistencial, é correto afirmar que não pode ser acumulado com qualquer outro no âmbito da seguridade social ou de outro regime, salvo os da assistência médica e da pensão por morte.
63. O segurado que durante o gozo do auxílio por incapacidade temporária vier a exercer atividade que lhe garanta subsistência poderá ter o benefício cancelado a partir do retorno à atividade. No entanto, caso o segurado, durante o gozo do auxílio por incapacidade temporária, venha a exercer atividade diversa daquela que gerou o benefício, deverá ser verificada a incapacidade para cada uma das atividades exercidas.
64. O auxílio por incapacidade temporária do segurado que exercer mais de uma atividade abrangida pela previdência social será devido mesmo no caso de incapacidade apenas para o exercício de uma delas, hipótese em que o segurado deverá informar a Perícia Médica Federal a respeito de todas as atividades que estiver exercendo. Neste caso, o auxílio por incapacidade temporária será concedido em relação à atividade para a qual o segurado estiver incapacitado, consideradas para fins de carência as contribuições relativas a todas as atividades já exercidas.

- 65.** Quando insuscetível de recuperação para sua atividade habitual, o segurado afastado em gozo de auxílio por incapacidade temporária deverá submeter-se a processo de reabilitação profissional para o exercício de outra atividade. Neste caso, o auxílio por incapacidade temporária será mantido até que o segurado seja considerado reabilitado para o desempenho de atividade que lhe garanta a subsistência ou, quando considerado não recuperável, seja aposentado por incapacidade permanente.
- 66.** A percepção do salário-maternidade está condicionada ao afastamento do segurado do trabalho ou da atividade desempenhada, sob pena de suspensão do benefício.
- 67.** A aferição da renda mensal bruta para enquadramento do segurado como de baixa renda ocorrerá pela média dos salários de contribuição apurados no período de dez meses anteriores ao mês do recolhimento à prisão. Ou seja, para verificar se o segurado é de baixa renda, não se olhará apenas o último salário de contribuição do segurado, devendo ser feita uma média dos salários de contribuição apurados nos 10 meses anteriores ao mês de recolhimento à prisão.
- 68.** É segurado obrigatório da previdência social, como empregado, aquele que, contratado por empresa de trabalho temporário, na forma prevista em legislação específica, por prazo não superior a cento e oitenta dias, consecutivos ou não, prorrogável por até noventa dias, presta serviço para atender a necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de serviço de outras empresas.
- 69.** Na hipótese de perda da qualidade de segurado, para fins da concessão dos benefícios de auxílio por incapacidade temporária, de aposentadoria por incapacidade permanente, de salário-maternidade e de auxílio-reclusão, as contribuições anteriores à perda somente serão computadas para fins de carência depois que o segurado contar, a partir da nova filiação ao RGPS, com o número de contribuições integrais exigidas para o cumprimento do período de carência previsto para tais benefícios.
- 70.** O auxílio por incapacidade temporária não poderá exceder a média aritmética simples dos últimos doze salários de contribuição, inclusive no caso de remuneração variável, ou, se não houver doze salários de contribuição, a média aritmética simples dos salários de contribuição existentes.
- 71.** Para o cônjuge ou companheiro, cessará a pensão por morte em 4 meses, se o óbito ocorrer sem que o segurado tenha vertido 18 (dezoito) contribuições mensais ou se o casamento ou a união estável tiverem sido iniciados em menos de 3 (três) anos antes do óbito do segurado, salvo se óbito do segurado decorrer de acidente de qualquer natureza ou de doença profissional ou do trabalho.
- 72.** O segurado incorporado às Forças Armadas para prestar serviço militar, que já era segurado do RGPS antes de ser incorporado, manterá a qualidade de segurado por até 3 meses após o licenciamento, independentemente do recolhimento de contribuições.
- 73.** Em nenhum caso será concedida pensão por morte aos dependentes do segurado que falecer após a perda desta qualidade.
- 74.** A Lei Eloy Chaves, que criou em cada uma das empresas de estradas de ferro existentes no país uma caixa de aposentadoria e pensões para os respectivos empregados, foi o primeiro ato normativo a tratar de seguridade social no Brasil.
- 75.** A primeira Constituição a dispor sobre aposentadoria é a Constituição de 1934 (Constituição Republicana), sendo a primeira a trazer a expressão “aposentadoria”, ao instituir a aposentadoria para os funcionários públicos, em caso de invalidez.

- 76.** Quando ocorrer incapacidade em concomitância com o período de pagamento do salário-maternidade, o benefício por incapacidade, conforme o caso, deverá ser suspenso enquanto perdurar o referido pagamento, ou terá sua data de início adiada para o primeiro dia seguinte ao término do período de cento e vinte dias, uma vez que o salário-maternidade não pode ser acumulado com benefício por incapacidade.
- 77.** A justificativa administrativa ou judicial, no caso de prova de tempo de serviço ou de contribuição, dependência econômica, identidade e de relação de parentesco, somente produzirá efeito quando baseada em início de prova material contemporânea dos fatos, sendo admitida, na falta de prova material, prova exclusivamente testemunhal.
- 78.** No crime de sonegação de contribuição previdenciária, é facultado ao juiz deixar de aplicar a pena ou aplicar somente a de multa, se o agente for primário e de bons antecedentes, desde que o valor das contribuições devidas, inclusive acessórias, seja igual ou inferior a um salário mínimo.
- 79.** Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre Seguridade Social.
- 80.** Quanto ao crime de Inserção de Dados Falsos em Sistema de Informação, é correto afirmar que a sua consumação depende da ocorrência de efetivo prejuízo para a Administração Pública.
- 81.** Acerca da legislação previdenciária, especialmente no que se refere às suas fontes, autonomia, vigência e interpretação, podemos afirmar que o direito previdenciário é classificado como ramo do direito social ou do direito público, tendo reconhecida, pela doutrina majoritária, sua autonomia didática em relação a outros ramos do direito.
- 82.** A vigência da lei de natureza previdenciária segue a regulamentação da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, de modo que, salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.
- 83.** Ao se utilizar do método de interpretação teleológico, o intérprete busca compatibilizar o texto legal a ser interpretado com as demais normas que compõem o ordenamento jurídico, visualizando a lei objeto de interpretação como parte de um todo.
- 84.** Anastácia, de 16 anos, está no último ano do Ensino Fundamental e é estagiária da empresa Alfa, prestando serviço de acordo com a lei específica. Nessas condições, de acordo com a Lei 8.212/91, Simone poderá se inscrever como segurada facultativa do RGPS.
- 85.** Clementina é maior de 65 anos e é beneficiária do Benefício Assistencial ao Idoso (BPC- LOAS). De acordo com a jurisprudência do STF, seu benefício deverá ser reajustado anualmente de forma que seja mantido o seu valor real.
- 86.** O auxílio-reclusão será devido nas condições da pensão por morte, respeitado o tempo mínimo de carência de 24 meses, aos dependentes do segurado de baixa renda recolhido à prisão em regime fechado, que não receber remuneração da empresa nem estiver em gozo de auxílio por incapacidade temporária, pensão por morte, salário-maternidade, aposentadoria ou abono de permanência em serviço.
- 87.** Para o dependente, apenas ocorrerá a sua inscrição quando houver requerimento administrativo de benefício previdenciário, podendo o segurado, se assim desejar, inscrever previamente seu dependente.

**88.** Nelito, francês domiciliado no Brasil, foi contratado no Brasil para trabalhar como empregado em empresa domiciliada na Holanda. Tal empresa possui a maioria do capital votante pertencente a empresa constituída sob as leis brasileiras, com sede e administração no Brasil e cujo controle efetivo está, em caráter permanente, sob a titularidade de pessoas físicas domiciliadas e residentes no Brasil. Neste caso, Joselito será segurado obrigatório do RGPS, na qualidade de empregado.

**89.** Jonas, brasileiro civil, trabalha para a União na Organização das Nações Unidas – ONU, em Nova Iorque, sendo lá domiciliado e tendo sido lá contratado. Sabendo que o Brasil é membro efetivo da ONU e que Jonas não é amparado por regime próprio de previdência social, nem tampouco por qualquer regime do país do domicílio, podemos afirmar que Jonas deverá filiar-se obrigatoriamente ao RGPS no Brasil, como segurado Contribuinte Individual.

**90.** Macarena presta serviços de forma subordinada, onerosa, pessoal e de finalidade não lucrativa à família, no âmbito residencial desta entidade familiar, dois dias por semana, toda segunda-feira e sexta-feira. Neste caso, é correto afirmar que Macarena deverá filiar-se obrigatoriamente ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, na qualidade de contribuinte individual.

## INFORMÁTICA

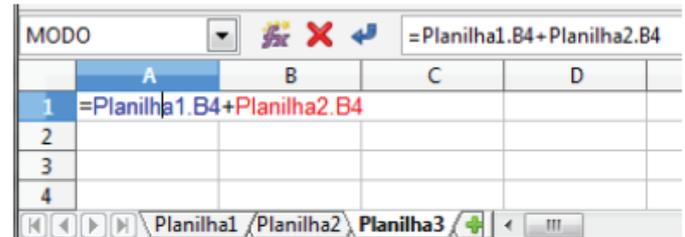
Ranielison Passos

Sobre operações básicas e gerenciamento de pastas em ambiente Windows, analise os itens que se seguem.

**91.** Em sistemas Windows o editor de desenhos Paint é considerado uma aplicação nativa. Esse editor possui ferramentas simples para edição e criação de imagens nos formatos .jpg, .jpeg, .bmp, .dib, entre outros.

Sobre os aplicativos editores da suíte LibreOffice, julgue as assertivas abaixo.

**92.** Durante o processo de elaboração de texto no editor Writer, versão padrão de instalação, um usuário clicou na opção salvar como, do menu arquivo, para criar um arquivo com a extensão PDF.



**93.** Considerando a figura acima, representando parte de uma planilha elaborada no Calc, ao pressionar o comando de Enter serão somados os valores da célula B4 da Planilha1 com B4 da Planilha2 e exibido o resultado em A1 da Planilha3.

Acerca do navegador de internet Google Chrome, versão de instalação em português, assinale os itens abaixo.

**94.** Os recursos de navegação denominados Cookies, aplicados aos principais navegadores de internet, salvam no computador do usuário preferências sobre as visitas em páginas da web e os principais elementos da página, como imagens, textos e links, por exemplo.

**95.** Em conceitos de navegação na internet, considerando a utilização da ferramenta Mozilla Firefox, os dados preenchidos nos campos de formulários são salvos no computador do usuário para facilitar a inserção dos mesmos dados pessoais em futuros cadastros. Porém, a utilização desse recurso não é indicada quando a máquina em operação for de terceiros.

Considerando os conceitos de Internet e intranet e conceitos básicos sobre a utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos de informática, julgue os itens a seguir.

**96.** Para criar um ambiente de rede Extranet é possível conectar máquinas utilizando vários meios de conexão, como, por exemplo, conexão wireless, cabeamento ou a internet.

**97.** As redes de abrangência WMAN, Wireless Metropolitan Area Network, são formadas por meios de conexões não guiados.

Sobre ferramentas e aplicativos de correio eletrônico e troca de e-mails, julgue o item abaixo.

**98.** Na situação em que um servidor público precisa enviar uma mensagem de e-mail para várias pessoas, simultaneamente, os endereços de destino deverão ser preenchidos ou no campo para, ou no campo CC ou no campo CCO.

Em relação aos ataques em ambiente computacionais e sistemas de segurança, julgue os itens abaixo.

**99.** Um vírus de computador pode ser considerado um arquivo capaz de se propagar na máquina do usuário, afetando outros arquivos e danificando o uso dos elementos contaminados.

**100.** A forma mais eficiente para detecção de malwares, em ferramentas antivírus, é pela análise do comportamento do arquivo. Nesse modelo de verificação o arquivo reproduzido é acompanhado pela ferramenta de segurança, identificando comportamentos anômalos.

## Preencha o Gabarito

<http://bit.ly/Simulado-INSS-13-09-20>

### NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

### CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>